



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa

15 de dezembro de 2021

Ata da Centésima Quadragésima Sessão Ordinária

Às dezoito horas e trinta e nove minutos do dia quinze do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Ivory de Lira, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos e Jair Farias. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário transferiu a



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 571/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui no calendário oficial do Estado do Tocantins o Dia Estadual do Capim Dourado”; Projeto de Lei número 572/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a política pública para primeira infância no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 573/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Cuidadores”; Projeto de Lei número 574/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Thiago Ribeiro Franco Vilela”; Projeto de Lei número 577/2021, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de socorro a animais, quando atropelados por condutores de veículos automotores, nos perímetros urbanos dos municípios do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 578/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “dispõe sobre a implementação de ciclovias ou ciclofaixas nas rodovias estaduais do Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 579/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a alteração do nome do Hospital Geral de Gurupi (HGG) para Hospital João Neves de



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Paulo Teixeira”; e Projeto de Lei 580/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro ao Bispo Dom José Moreira da Silva”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 2.337 a 2.343. Logo após, o Senhor Presidente, por falta de quórum em Plenário, transferiu a deliberação da urgência das Matérias apresentadas para a Sessão subsequente. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até cinco minutos, reabrindo-a às vinte e uma horas e vinte e cinco minutos. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento de Interstício que recebeu o número 2.336, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, Líder de Governo, que requer dispensa de formalidades regimentais nos termos dos arts. 72 e 133, para a inclusão na Ordem do Dia desta Sessão Ordinária, bem como a convocação de Sessão Extraordinária, nos termos do art. 80, §1º, para discussão e votação das matérias referentes aos Projetos de Lei número 11/2021, 12/2021 e 16/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, em exercício; Proposta de Emenda Constitucional número 16/2021; Projetos de Lei números 336/219, 394/2019, 54/2020, 223/2020, 227/2020, 300/2020, 309/2021, 318/2021, 323/2021, 324/2021, 333/2021, 335/2021, 339/2021,



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

340/2021, 341/2021, 346/2021, 352/2021, 382/2021, 386/2021, 395/2021, 398/2021, 399/2021, 416/2021, 417/2021, 422/2021, 425/2021, 466/2021, 477/2021, 509/2021, 534/2021; Projeto de Lei do Tribunal de Contas do Estado número 2/2021 e Projetos de Lei Complementar números 1/2021 e 2/2021, de autoria do Ministério Público do Estado, o qual foi aprovado. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciada em turno único de discussão e votação, a Mensagem/Veto número 28/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, em exercício, que veta parcialmente o Autógrafo de Lei número 6, de 27 de abril de 2021, originário do Projeto de Lei número 312/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre considerar a educação como atividade essencial no âmbito do Estado do Tocantins, com apenso do Projeto de Lei número 312/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “estabelece como essencial no Estado do Tocantins as atividades educacionais escolares e afins”, a qual votada, secretamente, com dezoito votos não e três votos sim, perfazendo um total de vinte e um votos, portanto, ficou mantido o Veto Parcial e encaminhado à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foram anunciados, em turno único de discussão e votação os Projetos de Lei números 11/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, em exercício, que “altera a Lei número 3.621, de 18 de dezembro de 2019, que



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2020-2030; e 12/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, em exercício, que “estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2022”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciada, em primeira fase de discussão e votação, a Proposta de Emenda Constitucional número 6/2021, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres e Outros, que “altera o § 10 do art. 81 da Constituição do Estado do Tocantins”, a qual votada, nominalmente, com vinte e um votos sim, perfazendo um total de vinte e um votantes, foi aprovada e encaminhada à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 16/2021, de autoria do Senhor Governador do Estado, em exercício, que “autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S. A., e adota outras providências”; 336/2019, anexado ao Projeto de Lei número 45/2020, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que “institui o Dia Estadual de Conscientização e Combate ao *Bulling*, que deu origem ao Processo número 411/2019; 394/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a concessão do direito a uma folga anual para o homem realizar



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

exames preventivos de câncer de próstata, no âmbito do Estado do Tocantins, que deu origem ao Processo número 480/2019; 54/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das operadoras de planos de saúde avisar aos conveniados sobre o descredenciamento de hospitais e médicos, no âmbito do Estado do Tocantins”; 223/2020, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “denomina de “Prefeito Antônio Poincaré de Andrade” a ponte entre a TO-050 e a TO-255, sobre o Rio Tocantins, no Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins”; 227/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “obriga a realização de cirurgias plásticas reparadoras de Abdominoplastia e Lipoaspiração pós gastroplastia (bariátrica) pela Rede Estadual de Saúde, no Estado do Tocantins e dá outras providências”; 300/2020, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que institui o Festival do Chambari de Paraíso do Tocantins como evento do calendário turístico oficial do Estado do Tocantins”; 309/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o mês de Janeiro Branco, dedicado à realização de ações educativas para a difusão da saúde mental, e dá outras providências”; 318/2021, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade, que “altera o nome da Escola Estadual do município de Ipueiras, para denominar-se Escola Estadual Ana de Souza Paiva”;



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

323/2021, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, que “institui o Dia Estadual do Jalapão, e dá outras providências”; 324/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, que “institui o selo “Escola de Excelência”, no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 333/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o mês de Abril Laranja, dedicado à campanha de doação e prevenção à crueldade contra os animais, e dá outras providências”; 335/2021, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “denomina de “Olyntho Garcia de Oliveira o Hospital Geral de Araguaína (HGA) – Tocantins”; 339/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Dia da Policial Militar Feminina do Estado do Tocantins”; 340/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Dia do Memorial, em homenagem aos Policiais Militares mortos em decorrência do serviço do Estado do Tocantins”; 341/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui o Dia do Veterano em homenagem aos Policiais Militares da Reserva e Reformados do Estado do Tocantins”; 346/2021, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “institui a campanha de Prevenção do Câncer de Colo de Útero denominada “Movimento Março Lilás”, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”; 352/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “altera a



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Lei número 3.650, de 24 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a remarcação de teste de aptidão física em concurso público, de candidata grávida”; 382/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor João Batista Xavier”; 386/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Apaa – Associação Protetora de Animais de Araguaína “É o Bicho”, localizada no município de Araguaína/TO”; 395/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “institui o Dia do Policial Penal no Estado do Tocantins”; 398/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Roberto Corrêa Ribeiro de Oliveira; 399/2021, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “institui a Semana da Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – Tdah, Transtorno Opositivo-Desafiador (TOD), no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; 416/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Marcelo Lopes da Ponte”; 422/2021, de autoria do Senhor Deputado Issam Saado, que “institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate à Osteoporose”; 425/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “estabelece que todo tipo de trabalho lícito que traga



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

sustento seja essencial, no âmbito do Estado do Tocantins”; 426/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro”, ao Senhor Furtanato Soares Barros”; 427/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro” ao Senhor Wander Saraiva de Carvalho; 428/2021, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Benemérito Senador João Ribeiro, ao Senhor Napoleão de Souza Luz Sobrinho; 432/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que concede Título de Cidadão Tocantinense ao Bispo Diocesano de Porto Nacional, Dom Romualdo Matias Kujawski; 442/2021, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Juvenal Klayber Coelho”; 452/2021, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “denomina “Cel Janilson Veras Barbosa” o Centro Olímpico da Polícia Militar em Palmas-TO”; 466/2021, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Maria José Alves Cotrim”; 477/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “declara de Utilidade Pública a Associação Instituto Bela Vista Futebol Cachoeirense no município de Cachoerinha/TO; 509/2021, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “declara de Utilidade Pública Estadual a



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Associação dos Moradores do Distrito de Bela Vista do Tocantins – Bambu de Ouro”; 534/2021, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “declara de Utilidade Pública a Associação dos Profissionais do Sistema Penitenciário do Tocantins – Prosispen/TO; 2/2021, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, que “altera a Lei número 1.527, de 17 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e a Lei número 1.903, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, o Plano de Carreira e os vencimentos dos Servidores Efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 1/2021, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”, o qual votado, nominalmente, um voto não e vinte votos sim, perfazendo um total de vinte e um votantes, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 2/2021, de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências, a fim de regulamentar a função de Coordenador de Promotoria para as Promotorias de Justiça de 1ª e 2ª entrâncias”, o qual votado, nominalmente, vinte e um votos sim, perfazendo um total de vinte e um votantes, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 2.333 a 2.335, 2.329, 2.330, 2.331 e 2.332, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e três horas e catorze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário